

## ANEXO VI

### ACORDO RELATIVO AOS ESTÁGIOS DOS ALUNOS DO DIPLOMA DE TÉCNICO SUPERIOR AGRÍCOLA (BREVET DE TECHNICIEN SUPERIEUR AGRICOLE - BTSA) PREVISTOS NO ARTIGO D.811-140 DO CÓDIGO RURAL E DA PESCA MARÍTIMA (CODE RURAL ET DE LA PECHE MARITIME)

Tendo em conta a decisão do Conselho de Administração (ou do órgão equivalente no caso do ensino privado) com data de ..... que define as modalidades de acompanhamento do aluno durante o estágio.

Ano universitário: .....

#### Acordo de estágio entre

*Nota: para facilitar a leitura do documento, os termos «estagiário», «professor orientador», «orientador de estágio», «encarregado de educação» e «aluno» são utilizados no género masculino.*

#### 1 - O ESTABELECIMENTO DE ENSINO OU FORMAÇÃO

Denominação:

.....

Endereço:

.....

.....

☎ .....

Representado por (signatário do acordo): .....

Qualidade do

representante: .....

Correio eletrónico:

.....

Endereço (se diferente do endereço do estabelecimento de ensino): .....

.....

.....

#### 2 - O ORGANISMO DE ACOLHIMENTO

Denominação:

.....

Endereço:

.....

.....

Número de registo SIREN (número de identificação da empresa) e SIRET (número de identificação de estabelecimentos)

Representado por (nome do signatário do acordo):

.....

Qualidade do

representante: .....

.....

Serviço em que o estágio será realizado:

.....

.....

☎ .....

Correio eletrónico:

.....

.....

Local do estágio (se diferente do endereço do organismo): .....

.....

.....

#### 3 - O ESTAGIÁRIO

Apelido: ..... Nome próprio: ..... Sexo: F ☐ M ☐

Nascido(a) em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Endereço:

.....

.....

.....

☎ ..... Correio eletrónico: .....

TÍTULO DA FORMAÇÃO OU DO CURSO FREQUENTADO NO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR E VOLUME HORÁRIO (ANUAL OU SEMESTRAL):

.....

.....

**TEMA DO ESTÁGIO:** .....

Datas: Da..... A.....

O que representa uma **duração total** de ..... (Número de semanas/de meses (riscar o que não interessa))

E correspondente a ..... Dias de presença efetiva no organismo de acolhimento.

Distribuição em caso de presença não contínua: .....número de horas por semana ou número de horas por dia (riscar o que não interessa).

Comentário: .....

**SUPERVISÃO DO ESTAGIÁRIO PELO ESTABELECIMENTO DE**

**ENSINO**

Nome próprio e apelido do professor orientador:

.....

Título do cargo (ou disciplina):

.....

.....

 ..... Correio eletrónico:

.....

**SUPERVISÃO DO ESTAGIÁRIO PELO ORGANISMO DE**

**ACOLHIMENTO**

Nome próprio e apelido do orientador de estágio:

.....

Função:

.....

.....

 ..... Correio eletrónico:

.....

.....

Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Caisse de mutualité sociale agricole) ou Caixa da Segurança Social do estabelecimento a contactar em caso de acidente de trabalho:

.....

.....

### **Artigo 1.º – Objeto do acordo**

O presente acordo tem por objeto a aplicação de um estágio, incluindo as sequências pedagógicas ministradas no meio agrícola e rural, no âmbito de uma formação de ritmo adaptado (na aceção do artigo R. 813-42 do Código rural e da pesca marítima), tornado obrigatório pelo artigo D.811-139-1 do Código rural e da pesca marítima e pelo Despacho de abrangendo a criação da opção do Diploma de técnico superior agrícola.

O acordo rege as relações entre o organismo de acolhimento e o estabelecimento de ensino e o estagiário.

### **Artigo 2.º - Objeto do estágio**

O estágio corresponde a um período temporário de experiência em contexto de trabalho durante o qual o aluno adquire competências profissionais e aplica os conhecimentos adquiridos na sua formação, com vista à obtenção de um diploma e à facilitação da sua integração profissional. O estagiário recebe uma ou mais tarefas de acordo com o documento de referência do diploma.

O programa é elaborado pelo estabelecimento de ensino e pelo organismo de acolhimento em função do documento de referência da formação e as competências principais a adquirir devem estar em conformidade com o documento de referência das competências do Diploma de técnico superior agrícola.

ATIVIDADES CONFIADAS:

COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR OU A DESENVOLVER:

### **Artigo 3.º - Modalidades do estágio**

O estagiário estará sujeito a uma duração semanal no organismo de acolhimento de ..... horas

Se o estagiário tiver de estar presente no organismo de acolhimento durante a noite, num domingo ou num feriado, especificar os casos especiais: .....

Neste caso, especificar o descanso compensatório de que o estagiário beneficiará.

Se o responsável do organismo de acolhimento pretender empregar o estagiário fora dos períodos previstos pelo acordo de estágio, deve ser assinado um contrato de trabalho para esses períodos fora do estágio. Neste caso, a empresa é obrigada a pagar um salário e as contribuições que daí decorrem.

A parte do estágio que decorre fora do horário escolar, antes da obtenção do diploma, é especificada no presente acordo:

### **Artigo 4.º - Acolhimento e supervisão do estagiário**

O estagiário é acompanhado pelo professor orientador designado no presente acordo e pelo serviço do estabelecimento de ensino responsável pelos estágios.

O orientador de estágio, designado pelo organismo de acolhimento no âmbito do presente acordo, é responsável pelo acompanhamento do estagiário e pela otimização das condições de realização do estágio. É responsável pelas disposições pedagógicas definidas no artigo 2.º do presente acordo.

O estagiário está autorizado a regressar ao seu estabelecimento de ensino durante o estágio para frequentar aí cursos explicitamente pedidos pelo programa ou para participar em reuniões. As datas

são comunicadas ao organismo de acolhimento pelo estabelecimento. A autorização de ausência é concedida mediante apresentação de uma convocatória do estabelecimento de ensino ao orientador de estágio.

O organismo de acolhimento pode autorizar o estagiário a deslocar-se.

Qualquer dificuldade que surja na realização e no decurso do estágio, observada pelo estagiário ou pelo orientador de estágio, deve ser comunicada ao professor orientador e ao estabelecimento de ensino para que possa ser resolvida o mais rapidamente possível.

**MODALIDADES DE ACOMPANHAMENTO E DE SUPERVISÃO PELO PROFESSOR ORIENTADOR E O ORIENTADOR DE ESTÁGIO:** visitas, consultas telefónicas, etc.

## **Artigo 5.º - Saúde e segurança dos estagiários no contexto de determinadas atividades**

### **5-1 - Trabalho proibido a menores**

Antes de qualquer afetação do jovem menor a trabalho proibido suscetível a derrogação, tal como referido nos artigos D.4153-17 a D.4153-35 do Código do trabalho, o responsável do organismo de acolhimento deve ter produzido uma declaração de derrogação para a unidade de trabalho em causa ao inspetor do trabalho com competência geograficamente para essa unidade. Para as administrações do Estado e os seus estabelecimentos públicos abrangidos pela lei da função pública, esta declaração é produzida ao inspetor de saúde e segurança no trabalho. Para as autarquias territoriais, é produzida pelo assistente ou o vereador de prevenção competente. O jovem só pode realizar estes trabalhos sob o controlo permanente do seu orientador de estágio. O anexo 2 do presente acordo especifica a lista dos trabalhos que o jovem deverá realizar e especifica as exigências regulamentares a cumprir pelo responsável do organismo de acolhimento e as diligências a aplicar por este último. Se o jovem for menor, este anexo deve ser, obrigatoriamente, assinado pelas partes.

### **5-2 - Segurança elétrica**

O estagiário que tenha de intervir em instalações e equipamentos elétricos, ou nas suas proximidades, deve estar habilitado para tal pelo diretor da empresa de acolhimento, em função da natureza dos trabalhos a realizar. Esta habilitação só pode ser concedida no fim de uma formação em matéria de prevenção dos riscos elétricos concluída pelo aluno no seu estabelecimento, antes do estágio. A habilitação é emitida com base num certificado que atesta que o aluno concluiu a formação correspondente aos níveis de habilitação mencionados.

O estagiário precisa de uma habilitação para as atividades que lhe serão confiadas?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, especificar o nível de habilitação e o certificado emitido pelo estabelecimento de ensino que atesta que o estagiário concluiu a formação correspondente:

### **5-3 - Equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação**

Nos termos do artigo R.4323-55 do Código do trabalho, a condução de equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação, incluindo tratores agrícolas, é necessária uma formação prévia e adequada.

O estagiário vai conduzir esses equipamentos no âmbito das tarefas que lhe serão confiadas?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, especificar quais:

Formação recebida sobre a utilização destes equipamentos no estabelecimento de ensino e/ou avaliação, pelo professor orientador, sobre o grau de domínio do estagiário sobre os diferentes equipamentos:

### **Artigo 6.º - Remuneração - Benefícios**

Em França, quando a duração do estágio é superior a dois meses, consecutivos ou não, é obrigatório o pagamento de uma remuneração, exceto no caso de regras especiais aplicáveis em certas autarquias ultramarinas francesas.

O montante horário da remuneração é fixado em 15% do limite máximo horário da Segurança Social definido nos termos do artigo L.241-3 do Código da segurança social. Um acordo setorial ou profissional pode definir um montante superior a esta taxa.

A remuneração paga por um organismo de direito público não pode ser acumulada com uma remuneração paga pelo mesmo organismo durante o período em causa.

A remuneração devida não prejudica o reembolso das despesas incorridas pelo estagiário no decurso do seu estágio, nem os benefícios oferecidos, em matéria de refeições, alojamento e transporte, se for esse o caso.

O organismo pode decidir pagar uma remuneração para estágios cuja duração seja igual ou inferior a dois meses.

Em caso de suspensão ou de rescisão do presente acordo, o montante da remuneração devida ao estagiário é rateado em função da duração do estágio realizado.

A duração que dá direito à remuneração é avaliada com base no presente acordo e nas suas eventuais cláusulas adicionais, bem como no número de dias de presença efetiva do estagiário no organismo.

O montante da remuneração é fixado em. .... € por hora/dia/mês (riscar o que não interessa)

Para cada estágio no estrangeiro, é anexada ao acordo de estágio uma ficha informativa sobre os regulamentos do país de acolhimento relativa aos direitos e deveres do estagiário (artigo L.124-20 do Código da educação). Esta ficha informativa abrange os elementos relativos às condições de ingresso no estágio, a segurança do país de acolhimento e o estatuto do estagiário ao abrigo da legislação local. Salvo exceção ou acordo prévio entre as partes intervenientes no acordo, a legislação local aplica-se ao estagiário. Por conseguinte, a obrigação de remuneração francesa não está associada à legislação local. Pode ser paga uma remuneração em caso de acordo entre o organismo de acolhimento e o organismo de origem.

### **Artigo 6.º-A - Acesso aos direitos dos trabalhadores - Benefícios**

(Organismo de direito privado francês, exceto no caso de regras especiais aplicáveis em certas autarquias ultramarinas francesas):

O estagiário beneficia das proteções e dos direitos mencionados nos artigos L.1121-1, L.1152-1 e L.1153-1 do Código do trabalho, nas mesmas condições que os trabalhadores.

O estagiário tem acesso à cantina da empresa ou aos vales de refeição previstos no artigo L.3262-1 do Código do trabalho, nas mesmas condições que os trabalhadores do organismo de acolhimento. Beneficia igualmente do reembolso das despesas de transporte previsto no artigo L.3261-2 do mesmo código.

O estagiário tem acesso às atividades sociais e culturais mencionadas no artigo L.2323-83 do Código do trabalho, nas mesmas condições que os trabalhadores.

### **OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:**

**Artigo 6.º-ter - Acesso aos direitos do pessoal - Benefícios** (Organismo de direito público em França, exceto no caso de regras especiais aplicáveis em certas autarquias ultramarinas francesas):

As deslocações realizadas pelos estagiários ao serviço de um organismo de direito público entre o seu domicílio e o local do estágio podem ser reembolsadas nas condições fixadas pelo Decreto n.º 2010-

676, de 21 de junho de 2010, que institui o reembolso parcial do preço dos títulos de transporte para deslocações realizadas por funcionários públicos entre a sua residência habitual e o seu local de trabalho.

O estagiário acolhido por um organismo de direito público e que realize uma tarefa neste contexto tem direito ao reembolso das suas despesas de deslocação temporárias, segundo os regulamentos em vigor.

A residência administrativa é considerada como o local do estágio indicado no presente acordo.

## OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS:

### **Artigo 7.º - Regime de proteção social**

Durante o período do estágio, o estagiário continua inscrito no seu regime de Segurança Social anterior. Os estágios realizados no estrangeiro devem ser comunicados à Segurança Social antes da sua partida.

Para os estágios no estrangeiro, aplicam-se as disposições seguintes, sob condição da conformidade da legislação do país de acolhimento e a da que rege o tipo de organismo de acolhimento.

#### **7.1 - Remuneração inferior ou igual a 15% do limite máximo horário da Segurança Social:**

A remuneração não está sujeita a contribuições para a segurança social.

O aluno beneficia da legislação em matéria de acidentes de trabalho ao abrigo do artigo L.751-1 (1º) (França metropolitana), do artigo L.761-14 (1º) (Alsácia-Mosela) do Código rural e da pesca marítima e do artigo L.412-8-2º-a do Código da Segurança Social (Code de la sécurité sociale) (departamentos ultramarinos). Nesse sentido, os alunos beneficiam, durante o período de estágio, da garantia jurídica contra acidentes de trabalho para alunos do ensino e da formação profissional agrícola. Esta garantia significa que o aluno está coberto pelo seguro do estabelecimento de ensino.

Em caso de acidente com o estagiário, quer durante as atividades no organismo de acolhimento, quer no trajeto de ida e volta, quer nos locais indispensáveis às necessidades do estágio, o responsável do organismo de acolhimento compromete-se a informar o diretor do estabelecimento de ensino no dia do acidente ou, o mais tardar, no prazo de 24 horas. A declaração de acidente de trabalho deve ser comunicada pelo diretor do estabelecimento de ensino à Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Caisse de mutualité sociale agricole), à Caixa de Seguros de Acidentes Agrícolas (Caisse assurances accidents agricoles) para a região da Alsácia-Mosela ou à Caixa Geral da Segurança Social dos Departamentos Ultramarinos (Caisse générale de sécurité sociale pour les départements d'outre-mer) a que pertence o estabelecimento, no prazo de 48 horas, excluindo domingos e feriados, a contar da informação prestada pelo organismo de acolhimento.

#### **7.2 - Remuneração superior a 15% do limite máximo horário da Segurança Social:**

As contribuições para a Segurança Social são calculadas sobre a diferença entre o montante da remuneração e 15% do limite máximo horário da Segurança Social.

O aluno beneficia da cobertura legal nos termos das disposições dos artigos L.411-1 e seguintes do Código da Segurança Social para os estágios realizados numa empresa abrangida pelo regime geral ou pelo artigo L.722-20 do Código rural e da pesca marítima para os estágios realizados numa empresa abrangida pelo regime agrícola. Em caso de acidente do estagiário, quer durante as atividades no organismo, quer no trajeto de ida e volta, quer nos locais indispensáveis às necessidades do estágio, o organismo de acolhimento toma todas as medidas necessárias junto da Caixa da Segurança Social na qual o estagiário está inscrito e informa o estabelecimento de ensino o mais rapidamente possível.

#### **7.3 - Seguro de doença do estagiário no estrangeiro**

##### 1) Proteção ao abrigo do regime do aluno francês

- para os estágios no Espaço Económico Europeu (EEE) realizados por nacionais de um país da União Europeia, da Noruega, da Islândia, do Liechtenstein ou da Suíça, ou de qualquer outro país (neste último caso, esta disposição não se aplica aos estágios na Dinamarca, na Noruega,

na Islândia, no Liechtenstein ou na Suíça), o aluno deve pedir o Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD);

- para os estágios realizados no Quebeque por alunos de nacionalidade francesa, estes devem pedir o formulário SE401Q (104 para os estágios em empresas, 106 para os estágios em universidades);
- em todos os outros casos, os alunos que incorram em despesas de saúde podem ser reembolsados pela Caixa de Mutualidade que serve de Caixa da Segurança Social do aluno, mediante regresso e apresentação de documentos comprovativos: o reembolso é então realizado com base nas taxas de cuidados de saúde francesas. Podem existir diferenças significativas entre as despesas incorridas e as taxas de base de reembolso francesas. Por conseguinte, aconselha-se vivamente os alunos a subscreverem um seguro de saúde complementar específico, válido para o país e para a duração do estágio, junto do organismo de seguros da sua escolha (Caixa de mutualidade para alunos, Caixa de mutualidade para país, sociedade privada «ad hoc», etc.) ou, eventualmente, e após verificação do âmbito das garantias apresentadas, junto do organismo de acolhimento, se este prestar ao estagiário uma cobertura de saúde ao abrigo da legislação local (ver 2.º abaixo).

## 2) Proteção social do organismo de acolhimento

Ao assinalar a caixa adequada, o organismo de acolhimento indica abaixo se presta um seguro de doença do estagiário, ao abrigo da legislação local :

☐ SIM: este seguro é complementar da manutenção, no estrangeiro, dos direitos previstos na legislação francesa

☐ NÃO: neste caso, o seguro decorre exclusivamente da manutenção, no estrangeiro, dos direitos do regime do aluno francês.

## **7.4 - Seguro contra acidentes de trabalho do estagiário no estrangeiro**

O aluno beneficia, durante o período de estágio, da garantia jurídica contra acidentes de trabalho para alunos do ensino e da formação profissional agrícola. Esta garantia significa que o aluno está coberto pelo seguro do estabelecimento de ensino.

Em caso de acidente, o organismo de acolhimento informa o estabelecimento de ensino, por escrito e, o mais tardar, no prazo de 48 horas.

1) Para poder beneficiar da legislação francesa relativa à cobertura de acidentes de trabalho, o presente estágio deve:

- ter uma duração máxima ou igual de 6 meses, incluindo prorrogações;
- não originar qualquer remuneração suscetível de dar direitos quanto ao seguro contra acidentes de trabalho no país de acolhimento; é permitida uma compensação ou remuneração até ao limite de 15% do limite máximo horário da Segurança Social (consultar ponto 6), e sob condição do acordo da Caixa da Segurança Social sobre o pedido de manutenção dos direitos;
- decorrer exclusivamente no organismo signatário do presente acordo;
- decorrer exclusivamente no país de acolhimento estrangeiro mencionado.
- Se estas condições não estiverem reunidas, o organismo de acolhimento compromete-se a pagar as contribuições para a proteção do estagiário e a fazer as declarações necessárias em caso de acidente de trabalho.

2) A declaração de acidentes de trabalho é da responsabilidade do estabelecimento de ensino, que deve ser informado pelo organismo de acolhimento, por escrito, no prazo de 48 horas.

3) A cobertura diz respeito a acidentes ocorridos:

- dentro do recinto do local do estágio e durante as horas do estágio,
- no trajeto habitual de ida e volta entre a residência do estagiário no estrangeiro e o local do estágio,
- no âmbito de uma tarefa confiada pelo organismo de acolhimento do estagiário.

## **Artigo 8.º - Responsabilidade e seguro**

O organismo de acolhimento e o estagiário declaram estar cobertos por um seguro de responsabilidade civil. O diretor do estabelecimento de ensino subscreve um seguro que cobre a responsabilidade civil do aluno.

Para os estágios no estrangeiro ou no território ultramarino, o estagiário compromete-se a subscrever um contrato de assistência (repatriamento por razões médicas, assistência jurídica, etc.) e um contrato de seguro individual de acidentes.

Se o organismo de acolhimento puser um veículo à disposição do estagiário, deve verificar previamente se a apólice de seguro do veículo cobre a sua utilização pelo aluno.

Quando o aluno utiliza o seu próprio veículo, ou um veículo emprestado por terceiros, no âmbito do seu estágio, declara expressamente esse facto à seguradora do veículo em causa e, se for esse o caso, pagar o prémio correspondente.

## **Artigo 9.º - Disciplina**

O estagiário está sujeito à disciplina e às cláusulas do regulamento interno que lhe são aplicáveis, que lhe são comunicadas antes do início do estágio, nomeadamente, no que diz respeito aos horários de trabalho e às regras de higiene e segurança em vigor no organismo de acolhimento.

Qualquer medida disciplinar só pode ser tomada pelo estabelecimento de ensino. Neste caso, o organismo de acolhimento informa o professor orientador e o estabelecimento de ensino das infrações e fornece, eventualmente, as provas.

Em caso de infração disciplinar particularmente grave, o organismo de acolhimento reserva-se o direito de pôr termo ao estágio, respeitando as disposições fixadas no artigo 10.º do presente acordo.

## **Artigo 10.º - Férias - Interrupção do estágio**

Em França (exceto no caso de regras especiais aplicáveis em certas autarquias ultramarinas francesas ou em organismos de direito público), em caso de gravidez, paternidade ou adoção, o estagiário beneficia de licenças e de autorizações de ausência de duração equivalente à prevista para os outros trabalhadores, em conformidade com os artigos L.1225-16 a L.1225-28, L.1225-35, L.1225-37 e L.1225-46 do Código do trabalho.

Para estágios com duração superior a dois meses e dentro do limite máximo de 6 meses, são possíveis licenças ou autorizações de ausência.

Número de dias autorizados/ou modalidades das férias e autorizações de ausência durante o estágio:

-  
-  
-

Em caso de qualquer outra interrupção temporária do estágio (doença, ausência injustificada, etc.), o organismo de acolhimento informa o estabelecimento de ensino por correio.

Qualquer interrupção do estágio deve ser comunicada às outras partes do acordo e ao professor orientador. O estabelecimento implementa uma modalidade de validação, se for esse o caso. Se as partes no acordo concordarem, o fim do estágio pode ser adiado para permitir que a duração total do estágio seja concluída como inicialmente previsto. Este adiamento será objeto de uma cláusula adicional ao acordo de estágio.

A pedido conjunto do organismo de acolhimento e do estagiário, pode ser redigida uma cláusula adicional ao acordo, em caso de prorrogação do estágio, sem prejuízo da duração máxima do estágio fixada por lei (6 meses).

Se uma das três partes (o organismo de acolhimento, o estagiário ou o seu encarregado de educação, se for esse o caso e o estabelecimento de ensino) pretender pôr termo ao estágio, deve informar imediatamente por escrito as outras duas partes. Os motivos invocados serão analisados em estreita cooperação. A decisão definitiva de pôr termo ao estágio só será tomada no final desta fase de cooperação.



### **Artigo 11.º - Dever de reserva e confidencialidade**

O dever de reserva é absoluto e será avaliado pelo organismo de acolhimento à luz das suas especificidades. Por conseguinte, o estagiário compromete-se a não utilizar qualquer informação recolhida ou obtida por si para publicação ou comunicação a terceiros, sem o acordo prévio do organismo de acolhimento, incluindo o relatório de estágio. Este compromisso aplica-se não só à duração do estágio, mas também após a sua conclusão. O estagiário compromete-se a não conservar, levar ou fazer cópias de qualquer documento ou software, de qualquer tipo e que pertença ao organismo de acolhimento, exceto com o acordo deste último.

No âmbito de proteger a confidencialidade das informações incluídas no relatório de estágio, o organismo de acolhimento pode pedir a restrição da divulgação do relatório, ou que determinados elementos confidenciais sejam retirados.

Qualquer pessoa que possa ter conhecimento do relatório está obrigada, por sigilo profissional, a não utilizar ou divulgar as informações aí incluídas.

### **Artigo 12.º - Propriedade intelectual**

De acordo com o Código da propriedade intelectual (Code de la propriété intellectuelle), se as atividades do estagiário resultarem na criação de uma obra protegida por direitos de autor ou por direitos de propriedade industrial (incluindo software), se o organismo de acolhimento pretender utilizá-la e o estagiário concordar, deve ser assinado um contrato entre o estagiário (autor) e o organismo de acolhimento.

O contrato deve especificar o âmbito dos direitos cedidos, a eventual exclusividade, o destino, os suportes utilizados e a duração da cessão, bem como, se for esse o caso, o montante da remuneração devida ao estagiário pela cessão. Esta cláusula aplica-se independentemente do estatuto do organismo de acolhimento.

### **Artigo 13.º - Fim do estágio - Relatório/Dossier - Avaliação**

1) Certificado de estágio: no final do estágio, o organismo de acolhimento emite um certificado, cujo modelo consta do anexo 1, mencionando, pelo menos, a duração efetiva do estágio e, se for esse o caso, o montante da remuneração recebida. O estagiário deve apresentar este certificado para apoiar um seu eventual pedido de direitos ao regime geral de seguro de velhice previsto no artigo L. 351-17 do Código da Segurança Social.

2) Qualidade do estágio: no final do estágio, as partes signatárias do presente acordo são convidadas a fazer uma avaliação da qualidade do estágio.

O estagiário envia ao serviço competente do estabelecimento de ensino um documento no qual avalia a qualidade do acolhimento recebido no organismo de acolhimento. Este documento não é tido em conta na sua avaliação, ou na obtenção do diploma ou do certificado.

3) Avaliação da atividade do estagiário: no final do estágio, o organismo de acolhimento preenche uma ficha de avaliação da atividade do estagiário, que devolve ao professor orientador *(ou especifica as modalidades de avaliação previamente definidas de comum acordo com o professor orientador)*.....

4) Modalidades de avaliação pedagógicas: o estagiário deverá *(especificar a natureza do trabalho a apresentar - relatório, etc.), anexando, eventualmente, um anexo*.....

Número de ECTS (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos):

5) O orientador de estágio do organismo de acolhimento ou qualquer membro do organismo de acolhimento convocado a deslocar-se ao estabelecimento de ensino no âmbito da realização da formação e obtenção do diploma, do decurso e da validação do estágio não pode exigir qualquer pagamento ou compensação por parte do estabelecimento de ensino.

## Artigo 14.º - Lei aplicável - Tribunais competentes

O presente acordo rege-se exclusivamente pelo direito francês.  
Qualquer litígio que não possa ser resolvido de forma amigável será submetido à jurisdição dos tribunais franceses competentes.

Feito em ..... em.....  
(Um exemplar por signatário)

### PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Nome e assinatura do representante do estabelecimento de ensino

### PELO ORGANISMO DE ACOLHIMENTO

Nome e assinatura do representante do organismo de acolhimento

ESTAGIÁRIO (ou o seu encarregado de educação, se for esse o caso)

Nome e assinatura

O professor orientador do estagiário  
A título do acompanhamento pedagógico, em  
conformidade com o artigo D.124-3  
do Código da Educação.

Nome e assinatura

O orientador de estágio do organismo de  
acolhimento.

Nome e assinatura

### **Fichas a anexar ao acordo:**

- Anexo relativo aos certificados de estágio;
- Anexo relativo às derrogações a trabalhos regulamentados, se for esse o caso;
- Consoante a situação do estagiário e as tarefas que lhe são confiadas, devem ser anexados ao acordo os seguintes documentos: declaração de derrogação de trabalhos proibidos; parecer médico de aptidão emitido pelo médico responsável pelo acompanhamento dos alunos, ou pelo médico do trabalho da Caixa de Mutualidade Social Agrícola; habilitação elétrica; Certificado de Aptidão para a Condução com Segurança (Certificat d'Aptitude à la Conduite En Sécurité - CACES) ou autorização interna para condução de máquinas válida como o CACES.